

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCVI • Nº 231

Poder Legislativo

Recife, quinta-feira, 19 de dezembro de 2019

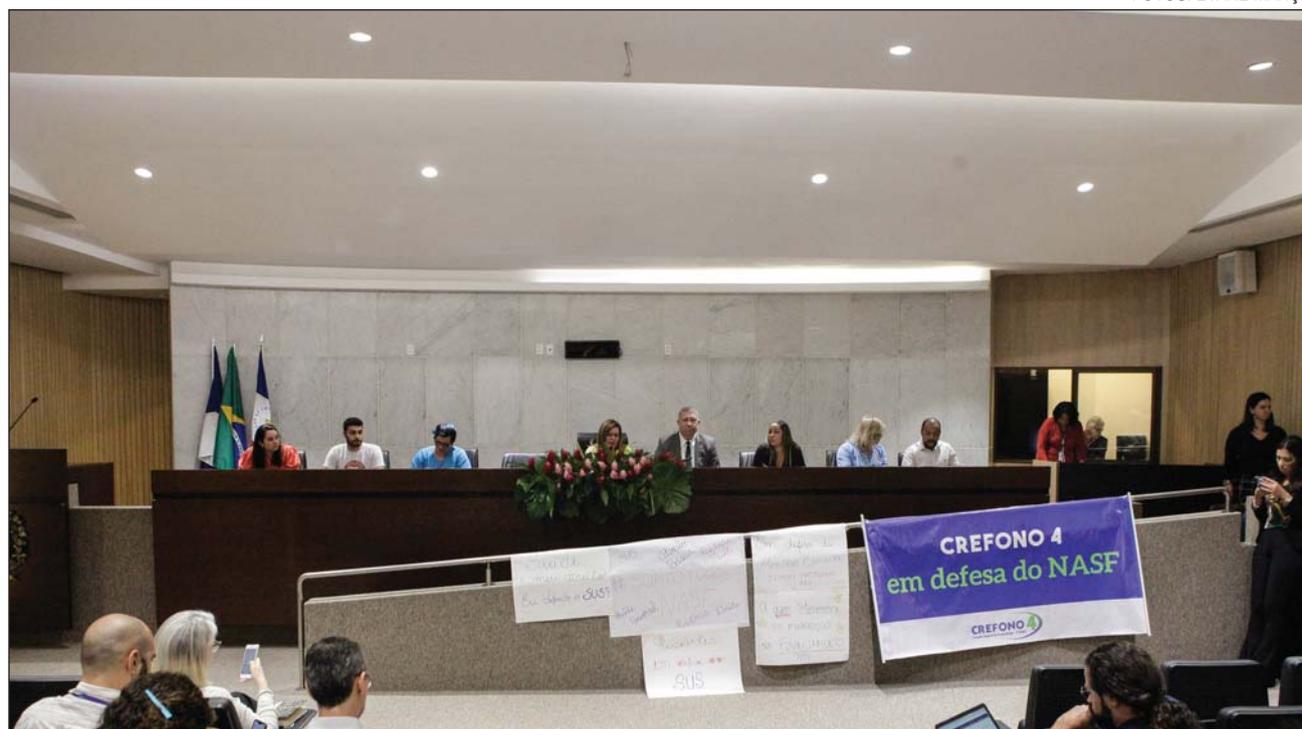
Financiamento da atenção básica em saúde é discutido em audiência pública

Entidades alertam que mudanças podem provocar diminuição de recursos para segmento

As mudanças realizadas pelo Governo Federal no financiamento da atenção básica foram debatidas, ontem, em audiência pública realizada pela Comissão de Saúde. Por solicitação do deputado Isaltino Nascimento (PSB), o colegiado ouviu representantes da sociedade civil organizada, os quais alertaram para o risco de diminuição nos recursos destinados à Estratégia de Saúde da Família, principalmente nas áreas pobres de grandes municípios.

De acordo com os participantes, o Programa Previne Brasil, instituído pela Portaria nº 2979/2019 do Ministério da Saúde, promete a injeção de R\$ 2 bilhões na atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS) em 2020. A medida, porém, está atrelada aos critérios da iniciativa, os quais se baseiam na quantidade de pessoas cadastradas nos serviços oferecidos pelos municípios, e não no número de residentes e de ações existentes. Isso provocaria, segundo eles, a redução das verbas destinadas à Saúde da Família nas localidades mais carentes.

Especialistas apontaram que o esforço de cadastramento, exigido das prefeituras para não perder recursos, inviabilizará os repasses. “A ideia de que o Previne Brasil vai atender 50 milhões de pessoas desassistidas é uma grande falácia. O sistema já tinha 120 milhões de usuários cadastrados em 2013, só que parte deles acabou não sendo contabilizada na mudança que começou a ser implementada no SUS naquele ano. Eles continuaram a ser assistidos, mas deixaram de aparecer nas relações”, afirmou a professora de Saúde Coletiva da Univer-



FOTOS: EVANE MANÇO

ENCONTRO - Debate foi promovido pela Comissão de Saúde, por solicitação do deputado Isaltino Nascimento

sidade Federal de Pernambuco (UFPE) Ana Lúcia Andrade.

“Os municípios não conseguiram fazer esse cadastro em quatro anos e o atual Governo quer que isso ocorra até março. Pelas nossas estimativas, a maioria das cidades não vai chegar aos valores atuais de repasses com essa alteração, e a atenção básica ficará asfixiada”, complementou a especialista. O valor de transferência fixa por habitante varia, atualmente, entre R\$ 23 e R\$ 28, segundo informou Andrade.

“O SUS custa R\$ 560 por pessoa ao ano, enquanto planos de saúde privados mais baratos cobram pelo menos R\$ 2 mil pelo mesmo período. E o valor *per capita* de gastos do sistema tende a diminuir cada vez mais, com o teto imposto pela Emenda Constitucional (EC) nº 95”, comparou a professora de Saúde Coleti-

va. “Isso é parte de um projeto para acabar com a universalidade do SUS e implantar os planos populares de saúde privados”, acredita.

Cristiano Nascimento, coordenador do Conselho Municipal de Saúde do Recife, explicou quais seriam as consequências da mudança na Capital pernambucana, em que há cerca de 500 mil cadastrados em uma população total de 1,6 milhão de pessoas. “Mesmo que o município faça um esforço extraordinário e consiga aumentar o cadastro num ritmo jamais feito para alcançar o máximo possível de habitantes (4 mil) para cada equipe de Saúde da Família, mais de 500 mil pessoas ainda ficariam de fora”, apontou.

“O Ministério da Saúde diz que o princípio da universalidade do SUS não está ameaçado. Mas como garan-

tir o atendimento para todos, se só recebemos para atender menos da metade do nosso público?”, questionou. Nascimento observou também que, com o teto de gastos, não há como conseguir recursos novos para a área. “Esses R\$ 2 bilhões para atenção básica do Previne Brasil tiveram que ser retirados de outras dotações da saúde pública, com R\$ 500 milhões vindos de economia administrativa do ministério e R\$ 1,5 bilhão, do atendimento de média e alta complexidade”, registrou o gestor.

Outro problema do novo modelo seria o fim dos repasses fixos para os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf). Segundo carta dos trabalhadores da área, a medida pode levar “à demissão em massa de profissionais que trabalham nessas unidades, como fisioterapeutas, terapeutas

ocupacionais, nutricionistas, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, farmacêuticos, sanitaristas, profissionais de educação física e médicos veterinários”.

Para Adriana Jucá, representante desse setor, “a atenção básica perde sua integralidade, com as pessoas tendo que ser atendidas em ambulatórios especializados em vez de já receberem o atendimento no Nasf. Reduz-se o espaço dos agentes comunitários e da visão de promoção da saúde dentro do território coberto pelas equipes de Saúde da Família”. Ela ressaltou, ainda, que alguns incentivos presentes no Previne Brasil impedem a queda de recursos em 2020, mas os valores devem diminuir em 2021.

A terapeuta ocupacional Priscilla Viegas, que faz parte do Conselho Nacional de Saú-

de (CNS), ressaltou que a Portaria 2979 foi publicada sem consulta prévia e debate junto ao órgão colegiado – o que, segundo ela, contraria a Lei Complementar nº 141/2012. “O Ministério da Saúde implantou uma medida que afronta o princípio da universalidade do SUS. O resultado disso é um Sistema pobre e limitado, com uma carteira de serviços extremamente restrita”, considerou a representante da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais (Abrato).

Como encaminhamento da audiência, o deputado Isaltino Nascimento sugeriu a criação de um comitê pernambucano em defesa do SUS, a fim de apoiar um projeto de decreto legislativo que torne a Portaria 2979/2019 sem efeito. “Precisamos de uma articulação que vá além do Parlamento Estadual e pressione o Congresso Nacional, com ações descentralizadas e integração com movimentos sociais da área de saúde, universidades e outros centros de formação. Vamos alertar a população e os gestores municipais sobre esses riscos”, salientou.

“Quando fizemos a mobilização pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas), houve quem achasse que não adiantaria. Mas, depois de toda a pressão, o Governo Federal liberou R\$ 870 milhões neste fim de ano para o Sistema, fruto da nossa pressão”, registrou, ainda, o socialista. Também estiveram presentes na reunião os deputados João Paulo (PCdoB), Antonio Fernando (PSC) e Roberta Arraes (PP), que é presidente da Comissão de Saúde e abriu o debate.

Negócios Municipais acata circulação de transporte escolar entre cidades vizinhas

Projeto de Priscila Krause foi aprovado nos termos de substitutivo de Justiça

Proposta que autoriza a circulação de veículos de transporte privados entre municípios limítrofes recebeu parecer favorável, ontem, na Comissão de Negócios Municipais. De autoria da deputada Priscila Krause (DEM), o Projeto de Lei nº 423/2019 foi discutido e acatado nos termos de um substitutivo da Comissão de Justiça.

Em justificativa anexa à matéria, a parlamentar argumenta que as diferentes regulamentações municipais impedem, por exemplo, que um condutor sediado no Recife que atende a escolas nos bairros de Boa Viagem e Setúbal possa transitar por Jaboatão

dos Guararapes. Assim, o texto visa a “garantir, de forma controlada, o direito de passagem inocente aos transportadores”, conclui Priscila Krause.

O benefício será assegurado a veículos e condutores regularizados, quando o aluno tiver residência (ou outros pontos definidos em contrato) no município principal de atividade do serviço – aquele em que o automóvel e prestador forem credenciados –, podendo o estabelecimento de ensino estar localizado na cidade vizinha. Caberá ao Poder Executivo regulamentar a norma.

Relator do projeto no colegiado, o deputado João Paulo (PCDoB) leu parecer pela apro-



MUDANÇA - De acordo com proposta, o objetivo é garantir direito de passagem inocente a transportadores

vação, informando que o PL 423 está “devidamente justificado e legalmente amparado”. O comunista ainda parabenizou o presidente da Comissão, de-

putado Rogério Leão (PL), e conclamou os integrantes a participarem, no ano que vem, das discussões sobre a proposta de implementação de uma usina

nuclear em Itacuruba (Sertão de Itaparica). “Como o tema se reveste de relevância ambiental, econômica e política, é muito importante a nossa participa-

ção”, destacou.

Leão concordou com o pleito. “Acho de suma importância, não só para o município, mas para toda a região, já que impacta o Rio São Francisco, que é muito importante para todos nós”, avaliou o parlamentar. Também integrante do colegiado, Fabrizio Ferraz (PHS) parabenizou o colega pela condução dos trabalhos. “Foi uma honra ter participado”, disse. Já o Delegado Erick Lessa (PP) informou que há proposta, em discussão na Comissão Especial criada para reformular o Regimento Interno, de mudar o nome do colegiado para Comissão de Assuntos Municipais.

Comissão de Justiça

Waldemar Borges destaca trabalho do colegiado em 2019

Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ), o deputado Waldemar Borges (PSB) foi à tribuna, durante a Reunião Plenária de ontem, registrar as atividades desenvolvidas pelo colegiado ao longo de 2019. Além de frisar o expressivo volume de projetos analisados, o parlamentar chamou atenção para o ambiente de debates estabelecido pelo grupo com o objetivo de oferecer aos pernambucanos normas com qualidade técnica e de interesse coletivo.

“A grande marca da Comissão foi garantir que nenhuma discussão fosse tolhida. Nestes tempos em que alguns

flertam abertamente com regimes autoritários e épocas macabras do nosso País, é importante valorizar o papel deste Parlamento”, avaliou, afirmando que o Legislativo é o primeiro Poder a ser atacado em tempos não democráticos. “Quando tentam minar a democracia, começam a fazê-lo diminuindo o papel dessas casas”, acrescentou.

De acordo com o socialista, foram 50 encontros e 826 projetos de lei distribuídos pelo colegiado neste ano, sendo 717 matérias apresentadas pelos próprios deputados. “Foram 444 proposições votadas, dentre elas, a obrigatoriedade



TOLERÂNCIA - “Marca do grupo foi não tolher nenhuma discussão”

de fornecimento de diplomas em braile, a oferta de sessões de cinema adaptadas a pessoas com autismo e o uso de nome afetivo por crianças e adolescentes que passaram pelo pro-

cesso de adoção”, citou.

Das 96 proposições encaminhadas pelo Poder Executivo, Borges destacou a aprovação do Consórcio dos Estados do Nordeste, a proibi-

ção futura de carros a combustão em Fernando de Noronha e a criação de fundo e conselho para incentivar emprego e renda no Estado. “Mesmo os projetos que vieram com pedido de tramitação com urgência foram amplamente debatidos. O recurso regimental não nos impediu de fazer nosso trabalho”, opinou, agradecendo aos profissionais que assessoram o colegiado.

O trabalho desenvolvido por Borges à frente da Comissão foi elogiado, em apartes, pelos deputados José Queiroz (PDT), Teresa Leitão (PT) e Tony Gel (MDB). “Este é o meu quinto mandato como

deputado estadual e vem sendo o mais fecundo no que diz respeito ao trabalho dos colegiados”, registrou o pedetista.

“A CCLJ é responsável por avaliar a constitucionalidade dos projetos

na condução de vossa excelência, fomos além desse trabalho. Buscamos construir um conteúdo que respeitasse, mas que fosse além da simples letra da lei”, avaliou Teresa. “É nossa responsabilidade fazer um controle difuso da constitucionalidade, evitando que as leis aqui aprovadas sejam futuramente contestadas”, destacou Tony Gel, vice-presidente da Comissão.

Desenvolvimento Econômico

Erick Lessa registra atividades de Comissão Permanente



BALANÇO - “Realizamos um total de 11 audiências públicas”

O deputado Delegado Erick Lessa (PP) apresentou, durante a Reunião Plenária de ontem, um balanço das ações realizadas, neste ano, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico da Alepe. Segundo o parlamentar, que preside o colegiado, foram 185 projetos de lei analisados e 11 audiências públicas promovidas no período, além da formação de grupos de trabalho focados no aprimoramento da legislação estadual.

“Em um desses grupos, discutimos o projeto que deu origem à Lei de Integridade, sancionada recentemente pelo Poder Executivo. Ficamos felizes em dar nossa parcela de contribuição a essa proposta, que visa evitar fraudes nos contratos firmados entre o Poder Público e empresas privadas”, citou o parlamentar. “Além das muitas proposições do governador, analisamos 171 matérias apresentadas por deputados, demonstrando uma excelen-

te produção legislativa da Casa”, pontuou.

Quanto aos debates, Lessa destacou a audiência pública promovida pela Comissão em Caruaru (Agreste), para cobrar a regularização dos profissionais que oferecem o transporte alternativo de passageiros no Estado. “A discussão reuniu mais de mil pessoas e, após grande mobilização, o Executivo publicou decreto que trouxe tranquilidade a esses motoristas”, registrou, referindo-se à

regulamentação desse tipo de transporte em Pernambuco.

O deputado listou, por fim, as reuniões e inspeções feitas pelo colegiado neste ano, como a visita técnica ao Complexo Portuário de Suape, quando os parlamentares puderam conhecer a estrutura do porto e debater novos projetos para desenvolver o empreendimento. “Aproveito a oportunidade para agradecer o empenho de toda a equipe do meu gabinete neste ano de muito trabalho.”

Parlamentares fazem balanço de atividades

Juntas e Simone Santana avaliaram desempenho no primeiro ano da 19ª Legislatura

Durante a Reunião Plenária de ontem, as deputadas Jô Cavalcanti, representante do mandato coletivo Juntas (PSOL), e Simone Santana (PSB) fizeram uma avaliação do primeiro ano de atuação na 19ª Legislatura. A psolista destacou o ineditismo de gabinete formado por cinco codeputadas e avaliou que, mesmo tendo havido resistência no início, esse foi “um modelo que veio para ficar”. Santana, por sua vez, fez questão de ressaltar o crescimento da bancada feminina na Assembleia Legislativa, hoje integrada por dez mulheres.

Ao fazer pronunciamento na tribuna, Jô Cavalcanti elencou também temas que foram pautas de discursos, proposições e debates. “Tratamos da violência contra a mulher, da mortalidade materna, da desigualdade de gênero, da pouca representatividade feminina no poder, do racismo e, em re-

lação a esse último assunto, protocolamos um projeto de resolução para criar um programa de enfrentamento ao racismo institucional”, pontuou, acrescentando que, ao todo, as Juntas apresentaram 14 projetos de lei, dos quais três foram aprovados.

A presença feminina nos espaços de poder foi, inclusive, tema central do discurso da deputada Simone Santana, no Pequeno Expediente. Ela enalteceu o avanço no número de cadeiras ocupadas por mulheres no Parlamento Estadual, que passou de cinco na 18ª Legislatura para dez, na atual. Além disso, salientou a escolha de seu nome para a 1ª Vice-Presidência da Casa e da deputada Teresa Leitão (PT) para a 3ª Secretaria. “Foi assim que tivemos uma presidente mulher, ainda que interinamente, incrementando o número de sessões ordinárias sob comando de uma deputada de 12, em 2018, para 60, em



INOVAÇÃO - “Formato de mandato coletivo veio para ficar”

2019”, registrou.

Simone Santana observou que, sendo as cidadãs mais de 50% da população, a representatividade no Poder Legislativo deveria estar naturalmente assegurada, não fosse uma cultura que, por séculos, restringiu o es-

paço e a atuação feminina. Ela apontou que, na comparação com outros países da América Latina, o Brasil só está melhor do que Haiti e Belize no que diz respeito à presença das mulheres na política. A socialista trouxe o exemplo da Bolívia, que



BANCADA FEMININA - “Hoje, ocupamos dez cadeiras na Alepe”

conta com 53% do Congresso ocupado por essa parcela.

Ao tratar das ações de seu mandato, citou 25 projetos de lei protocolados, dos quais dez foram promulgados. Dentre eles, a lei que estabelece a igualdade de premiações para homens

e mulheres que competirem nas mesmas categorias em eventos esportivos e paraesportivos realizados com recursos públicos do Estado. Acrescentou, ainda, a instalação, pela Frente Parlamentar da Primeira Infância, de um Conselho das Crianças. “O ano de 2019 ficou marcado por muitos embates na Alepe. Foram tantas quebras de paradigmas que até o Regimento Interno precisou ser atualizado”, agregou, desejando um Natal “de muita luz, de paz e afetos”.

COMISSÃO DE CIDADANIA

A mandatária das Juntas, Jô Cavalcanti, comentou, também, as atividades promovidas pela Comissão de Cidadania, a qual preside. “Ao longo do ano, realizamos 14 audiências públicas sobre vários temas, dentre os quais a situação do Edifício Holiday, a regulamentação das comunidades terapêuticas e o uso medicinal da maconha.”

Queima de fogos

Wanderson Florêncio quer suspender uso de artefatos com estampido

FOTO: ROBERTO SOARES



BARULHO - “Incômodo para crianças, idosos e animais”

O deputado Wanderson Florêncio (PSC) defendeu, na Reunião Plenária de ontem, o Projeto de Lei (PL) nº 158/2019, de sua autoria, alterando a norma que proíbe a queima de fogos de artifício e assemelhados em Pernambuco (Lei nº 15.736). A proposta do parlamentar amplia a vedação, suspendendo o comércio, a utilização, o manuseio, a queima e a soltura dos

fogos e de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso com estampidos, incluindo eventos festivos ou de entretenimento, de caráter público ou privado, em alguns locais específicos.

A matéria apresentada por Florêncio determina que, em caso de soltura de fogos no mar, deverão ser utilizadas plataformas em áreas que não provoquem danos à fauna e à

flora marítima. Já nas unidades de proteção integral, será respeitada a zona de amortecimento ou a distância de dois quilômetros. “Essa proibição está dentro do preceito atual de que esses artefatos são prejudiciais para pessoas com alguns tipos de doenças, animais e o meio ambiente. O barulho também incomoda muito crianças e idosos”, salientou.

O deputado Romero Albuquerque (PP), avocando Questão de Ordem, usou o microfone de aparte para parabenizar a Prefeitura do Recife por atender a pedido feito por seu mandato, assim como a recomendação do Ministério Público de Pernambuco, para não utilizar fogos de artifício com estampido na festa de Réveillon deste ano. “A decisão é uma vitória para

todos, principalmente idosos, crianças e animais, que tanto sofrem com o ruído”, expressou. O parlamentar aproveitou para pedir aos colegas a aprovação do PL nº 565/2019, que ele apresentou, a fim de proibir fogos ruidosos, com exceção daqueles que produzem efeitos visuais sem estampido ou similares com barulho de baixa intensidade.

Reunião Solene

Alepe lembra seis anos de morte de Reginaldo Rossi

FOTO: JARBAS ARAÚJO

Um dos nomes mais conhecidos da Música Popular Brasileira, o cantor Reginaldo Rossi recebeu, ontem, uma homenagem póstuma da Assembleia Legislativa. O artista faleceu há seis anos em decorrência de um câncer no pulmão. Por iniciativa do deputado Wanderson Florêncio (PSC), foi realizada uma Reunião Solene para reverenciar a memória do ídolo popular.

Reginaldo Rodrigues dos Santos nasceu em 14 de fevereiro de 1943 e, quando

estudava engenharia civil, ensinava física e matemática para ganhar uns trocados. Foi quando decidiu seguir a carreira artística e, por algum tempo, comandou o grupo *The Silver Jets*, integrando-se depois à Jovem Guarda, época em que abriu muitos shows de Roberto Carlos. O músico fez canções que embalsamaram festas de todas as classes sociais e ganhou o título de Rei do Brega. Suas letras celebram o amor, a mulher, o Recife e a vida, com refrões simples

e contagiantes.

“Não podemos esquecer que, além de cantar as dores e os amores, Reginaldo Rossi exaltou a nossa terra em suas músicas, tornando-se um grande divulgador das belezas de Pernambuco”, frisou o deputado Sivaldo Albino (PSB), que presidiu a solenidade. Wanderson Florêncio lembrou que, como vereador do Recife, propôs a Lei 18.474/2018, instituindo 14 de fevereiro como o Dia Municipal da Música Brega. “Ele foi o primeiro a assumir

as características desse estilo, ainda que muitos fossem contra. E fez isso com orgulho”, frisou.

Em reconhecimento à contribuição dos que seguem a cultura brega, o deputado entregou certificados a 64 personalidades, incluindo o filho de Reginaldo Rossi, Roberto Rossi. Ele também recebeu uma placa comemorativa da Assembleia. “Essa iniciativa é uma forma de manter viva a memória do meu pai e de todos os artistas que vivem desse tipo de mú-



INICIATIVA - Homenagem foi proposta por Wanderson Florêncio

sica”, salientou.

O encontro ainda contou com apresentações do Coral Vozes de Pernambu-

co, formado por servidores da Alepe, e de artistas, que cantaram músicas do Rei do Brega.

Assembleia Legislativa é palco de casamento coletivo

Evento inédito foi promovido em parceria com o TJPE e secretaria estadual

Ambiente de debates e decisões que impactam a vida dos pernambucanos, o Plenário da Assembleia Legislativa foi, pela primeira vez, cenário de um casamento coletivo. Promovida ontem, em parceria com o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a Secretaria Estadual de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas, a iniciativa permitiu que 70 casais oficializassem suas uniões de forma gratuita, em um evento que contou com celebração civil, coral e bolo de casamento.

Pela primeira vez na sede do Legislativo Estadual, Kilmá Maria da Silva, 40, e Edmilson Faria Ramos, 52, celebraram uma relação que já dura mais de uma década. “Tínhamos essa

vontade há muito tempo e, agora, Deus nos deu a chance de realizar este sonho num local importante”, afirmou a noiva.

“Neste momento tão especial, a Casa de Todos os Pernambucanos abre suas portas e convida a população a ocupar seu legítimo espaço para celebrar o mais nobre de todos os sentimentos: o amor”, pontuou o presidente da Alepe, deputado Eriberto Medeiros (PP). Ele saudou os noivos e também os familiares, que puderam acompanhar a cerimônia das galerias do Plenário.

Coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJPE, o desembargador Erick Simões destacou a parceria com o Po-

der Legislativo. “Nossa unidade tem facilitado casamentos coletivos há cerca de oito anos, mas é a primeira vez que temos o privilégio de realizar a celebração neste prédio representativo”, afirmou.

“Promover a cidadania vai além do ato de aprovar leis. É necessário garantir que os cidadãos exerçam os seus direitos, entre eles, o de realizar uma união formal perante a Justiça”, destacou o secretário estadual de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas, Cloves Benevides.

Responsável pelo ato civil, a juíza de direito da 5ª Vara de Família e Registro Civil do Recife, Wilka Pinto Vilela, avaliou o momento como “histórico”. A cerimônia foi



FOTO: ROBERTA GUIMARÃES

CELEBRAÇÃO - Ao todo, iniciativa permitiu que 70 casais oficializassem união gratuitamente

acompanhada pelos deputados Pastor Cleiton Collins (PP), Joel da Harpa (PP), João Paulo Costa (Avante) e Henrique Queiroz Filho (PL); pela vereadora do Recife Michele Collins (PP), e pela defensora

pública Lenora da Hora.

REUNIÃO PLENÁRIA

À tarde, Cleiton Collins foi à tribuna exaltar a celebração. “Parabenizo a Mesa Diretora, ao lado do nosso secretário Cloves Benevides, pela bri-

lhante ideia”, elogiou o deputado do PP, que desejou um “feliz Natal e um grande final de ano a todos”. O pronunciamento foi endossado por Henrique Queiroz Filho, que presidia os trabalhos.

Plenário

Crítica à liberação de agrotóxicos

O deputado João Paulo (PCdoB) fez um alerta, ontem, sobre as liberações do uso de agrotóxicos feitas pelo Governo Federal. Ele apontou efeitos nocivos dos produtos para a saúde humana e defendeu alternativas mais ecológicas e socialmente justas, como a agroecologia e a agricultura familiar. “Brasileiros estão sendo envenenados de maneira negligente e irresponsável”, disse, sublinhando que a maioria das substâncias é proibida em outros países. De acordo com o comunista, o Governo Bolsonaro liberou, em junho, 42 novos tipos de agrotóxicos, elevando a lista de produtos permitidos, naquele momento, para 239. Em julho, outros 51 obtiveram registro, 17 dos quais são extremamente tóxicos à saúde humana. Em relação aos riscos ao meio ambiente, 17 são considerados muito perigosos. O deputado do PCdoB avalia que, por trás da liberação dos agrotóxicos, está a lógica centrada no agronegócio, na comida tratada como *commodity* e na priorização das transnacionais do setor.



Hospital de Câncer de Pernambuco

Em discurso no Pequeno Expediente de ontem, o deputado Antônio Moraes (PP) elogiou a campanha “Troco Solidário”, promovida por duas redes de supermercados em benefício do Hospital de Câncer de Pernambuco (HCP). Segundo o parlamentar, a iniciativa – que consiste na orientação ao cliente para doar alguns centavos que receberia de troco – tem angariado cerca de R\$ 50 mil mensais à unidade de saúde. “Conheci o programa implementado pela rede Arco-Mix, que conseguiu levantar algo em torno de R\$ 500 mil neste ano. Esse valor é utilizado para garantir um melhor atendimento aos pacientes do Hospital de Câncer, que vem sendo muito bem administrado pela atual gestão”, registrou. Moraes aproveitou para solicitar aos demais parlamentares que sensibilizem outros comerciantes a aderir à iniciativa.



Evento natalino em Garanhuns

A realização do evento *A Magia do Natal*, na cidade de Garanhuns (Agreste Meridional), mereceu discurso do deputado Sivaldo Albino (PSB), ontem. Ele elogiou o atual prefeito do município, Izaías Régis, pela gestão da festividade e considerou que as próximas edições devem ser fortalecidas por quem assumir a Prefeitura em futuro mandato. “Criada em 2003, numa parceria entre a Prefeitura e a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), a celebração tomou uma nova dimensão e consolidou-se como um dos atrativos turísticos de Pernambuco”, elogiou, salientando que, independente de quem seja o próximo gestor da cidade, “é importante manter as boas ações”. O socialista aproveitou o discurso, ainda, para fazer um balanço do seu primeiro ano como deputado estadual. Ele registrou as emendas parlamentares que apresentou beneficiando Garanhuns. Em aparte, o deputado recebeu congratulações de Tony Gel (MDB), José Queiroz (PDT), Antonio Fernando (PSC), Henrique Queiroz Filho (PL) e Romário Dias (PSD).



50 anos da ATI

A deputada Teresa Leitão (PT) destacou, ontem, a realização de uma solenidade pelos 50 anos da Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI), vinculada à Secretaria de Administração. Na cerimônia ocorrida na última terça (17), no Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE), 30 personalidades receberam medalhas como agradecimento pelas contribuições para a instituição. A parlamentar informou que o deputado Waldemar Borges (PSB) e um dos diretores do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Informática, Processamento de Dados e Tecnologia da Informação de Pernambuco (SindPD), Messias Melo, estavam entre os homenageados. “Precisamos preservar a ATI. Que esses 50 anos possam revigorar a empresa com sua atuação estratégica”, pontuou. Borges agradeceu a menção feita pela colega. “Acompanhei a trajetória da ATI. Hoje, o cidadão participa mais da gestão pública por causa dos sistemas desenvolvidos”, concluiu.



Maus-tratos a animais

O deputado Romero Albuquerque (PP) comemorou, ontem, a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei que aumenta a pena para maus-tratos de cães e gatos. A proposição, votada pelo Plenário na última terça (17), aumenta a punição para quem abusa, fere ou mutila os bichos para reclusão de dois a cinco anos, além de multa. Atualmente, a detenção varia de três meses a um ano. A matéria prevê, ainda, a proibição de guarda do animal. “É uma decisão louvável, ainda mais nesse momento em que estamos revoltados com o absurdo que aconteceu com 21 *pitbulls*, vítimas de exploração em uma rinha”, disse, referindo-se ao resgate de animais em um sítio em Mairiporã, São Paulo. No local, a polícia encontrou cães mortos e outros machucados. Albuquerque pediu à Delegacia do Meio Ambiente (Depoma) que atue na repressão a eventos semelhantes em Pernambuco.



Prevenção a acidentes de trabalho

O deputado Isaltino Nascimento (PSB) repercutiu, ontem, documento resultante do 6º Congresso Pernambucano do Trabalho Seguro – a Carta do Recife. Promovido pelo Grupo Interinstitucional de Prevenção de Acidentes de Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho (TRT 6ª Região) entre os dias 25 e 27 de novembro, na Faculdade Frassinetti do Recife (Fafire), o evento trouxe como tema “*Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável: do enfrentamento às boas práticas contra violências no trabalho*”. Na tribuna, o parlamentar leu a carta na íntegra, com os nove itens que reúnem as principais diretrizes extraídas das ideias do colóquio. Um dos trechos ressalta que “a diversidade humana está consagrada no texto da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que assegura o direito à igualdade, à não discriminação e à proteção de grupos vulneráveis que sejam desproporcionalmente afetados pela violência e pelo assédio no trabalho”.



Leis

LEI Nº 16.757, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de aperfeiçoar dispositivos desta Lei.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do art. 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º

Parágrafo único. Os cartazes previstos neste Código, a critério do fornecedor, podem ser substituídos por tecnologias ou mídias digitais, desde que assegurado, nos dispositivos utilizados para consulta, o mesmo teor dos cartazes, em tamanho legível.” (AC)

“Art. 46. Considera-se produto essencial, para fins do disposto no § 3º do art. 18 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990): (NR)

“Art. 55-A. É vedada a cobrança de multa por cancelamento de plano trimestral, semestral, anual ou equivalentes, em valor superior a 20% (vinte por cento) do total correspondente ao prazo restante do contrato. (AC)

Parágrafo único. O descumprimento ao disposto neste artigo sujeitará o infrator à penalidade de multa prevista no art. 180, nas Faixas Pecuniárias A ou B, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste Código.” (AC)

“Art. 89. Os postos revendedores de combustíveis automotivos que comercializarem produtos adquiridos de distribuidora distinta da marca ou bandeira que ostentam, ou que não façam alusão a qualquer bandeira, deverão informar ao consumidor a origem do produto comercializado. (NR)

“Art. 134. É obrigatória a notificação do consumidor, de forma prévia e individualizada, em caso de descumprimento de hospitais, clínicas, laboratórios, médicos e assemelhados, bem como a substituição por outro prestador equivalente, nos termos da legislação federal. (NR)

§1º A comunicação prevista no caput deve ser realizada por telefone, mensagem de texto SMS, aplicativo de mensagens instantâneas, e-mail ou qualquer outro meio, físico ou eletrônico, previamente autorizado pelo consumidor. (NR)

“Art. 136. As operadoras de planos de saúde ou de seguro-saúde, para os exames, consultas e demais procedimentos cobertos, deverão informar ao consumidor o prazo máximo para garantir o integral atendimento da solicitação. (NR)

“Art. 182.

Parágrafo único. As multas arrecadadas pelos municípios, em suas respectivas áreas de atuação e competência, serão revertidas para o fundo municipal correspondente e, em sua ausência, serão depositadas no fundo de que trata o caput. (AC)

Art. 2º Revogam-se o § 2º do art. 24; os §§ 1º e 2º do art. 89; os incisos I a III do art. 136; e o art. 174 da Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor em 60 dias após sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 18 de dezembro ano de 2019, 203º da Revolução Republicana Constitucionalista e 198º da Independência do Brasil.

ERIBERTO MEDEIROS
Presidente

LEI Nº 16.758, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de aperfeiçoar dispositivos desta Lei.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do art. 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Eriberto Medeiros; **1ª Vice-Presidente**, Deputada Simone Santana; **2ª Vice-Presidente**, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Secretário**, Deputado Clodoaldo Magalhães; **2º Secretário**, Deputado Claudiano Martins filho; **3ª Secretária**, Deputada Teresa Leitão; **4º Secretário**, Deputado Álvaro Porto; **1º Suplente**, Deputado Pastor Cleiton Collins; **2º Suplente**, Deputado Henrique Queiroz Filho; **3º Suplente**, Deputado Manoel Ferreira; **4º Suplente**, Deputado Romero; **5º Suplente**, Deputado Joel da Harpa; **6º Suplente**, Deputado Gustavo Gouveia; **7º Suplente**, Deputado Adalto Santos. **Procurador-Geral** - Hélio Lúcio Dantas Da Silva; **Superintendente-Geral** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Secretário-Geral da Mesa Diretora** - Maurício Moura Maranhão da Fonte; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente Administrativo** - Juliana de Brito Figueiredo; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Enoelino Magalhães Lyra Filho; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Sara Behar Torres Kobayashi; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Coronel Renildo Alves de Barros Cruz; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Silvio Tavares de Amorim; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - José Humberto de Moura Cavalcanti Filho; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor-Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente de Comunicação Social** - Ricardo José de Oliveira Costa; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Isabelle Costa Lima; **Editora** - Isabelle Costa Lima (interina); **Subeditora** - Helena Alencar; **Repórteres** - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Ivanna Castro e Verônica Barros; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Giovanni Costa; **Diagramação e Edição Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior, Antonio Violla; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** scm@alepe.pe.gov.br.



Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º O fornecedor de produtos ou serviços é obrigado a manter em seu estabelecimento comercial, em local visível e de fácil acesso ao público, um exemplar em meio físico do Código Estadual de Defesa do Consumidor ou garantir ao consumidor o acesso ao Código por meio eletrônico. (NR)

§ 1º Quando o fornecedor optar pelo meio físico poderá ser disponibilizada cópia reprográfica do Código Estadual de Defesa do Consumidor. (NR)

§ 2º O exemplar ou cópia reprográfica deverá ser atualizado anualmente, observando-se as alterações legislativas promovidas neste Código. (NR)

§ 3º O descumprimento ao disposto no caput sujeitará o infrator à penalidade de multa prevista no art. 180, na Faixa Pecuniária A, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste Código.” (AC)

“Art. 154.

Parágrafo único. Para fins dessa Lei, considera-se: (AC)

I – mercados: estabelecimento comercial de autosserviço onde se exibem à venda mercadorias variadas, com área de vendas de até 250 (duzentos e cinquenta) metros quadrados e número de caixas de atendimento entre 1 (um) e 5 (cinco); (AC)

II - supermercados: estabelecimento comercial de autosserviço onde se exibem à venda mercadorias variadas, com área de vendas superior a 250 (duzentos e cinquenta) metros quadrados e número de caixas de atendimento entre 5 (cinco) e 20 (vinte); e, (AC)

III - hipermercados: estabelecimento comercial de autosserviço onde se exibem à venda mercadorias variadas, com área de vendas superior a 5.000 (cinco mil) metros quadrados e número de caixas de atendimento superior a 20 (vinte).”(AC)

“Art. 155.

§ 4º É obrigatória a disponibilização de balança digital, devidamente aferida nos termos da legislação aplicável, para conferência do peso dos produtos fracionados, em local visível e de fácil acesso ao consumidor, ainda que a balança não seja utilizada exclusivamente para este fim. (NR)

“Art. 162.

§ 2º O intervalo de higienização de que trata o caput deverá ser de, no máximo, 10 (dez) dias úteis. (NR)

Art. 2º Revogam-se o § 1º do art. 36, o art. 76, o art. 103, o art. 157, o art. 158, o art. 159, o art. 160, o art. 163 e o art. 164 da Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor em 60 dias após sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 18 de dezembro ano de 2019, 203º da Revolução Republicana Constitucionalista e 198º da Independência do Brasil.

ERIBERTO MEDEIROS
Presidente

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 1.647, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Bispo da Diocese de Caruaru, Dom José Ruy Gonçalves Lopes.

A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

R E S O L V E :

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Bispo da Diocese de Caruaru, Dom José Ruy Gonçalves Lopes.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 18 de dezembro do ano de 2019, 203º da Revolução Republicana Constitucionalista e 198º da Independência do Brasil.

ERIBERTO MEDEIROS
Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA RESOLUÇÃO É DE AUTORIA DO DEPUTADO DIOGO MORAES

RESOLUÇÃO Nº 1.648, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Chef de Cozinha Rodrigo Oliveira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

R E S O L V E :

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Chef de Cozinha Rodrigo Oliveira.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 18 de dezembro do ano de 2019, 203º da Revolução Republicana Constitucionalista e 198º da Independência do Brasil.

ERIBERTO MEDEIROS
Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA RESOLUÇÃO É DE AUTORIA DO DEPUTADO WANDERSON FLORÊNCIO

RESOLUÇÃO Nº 1.649, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Padre Antônio Maria.

A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Padre Antônio Maria.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 18 de dezembro do ano de 2019, 203º da Revolução Republicana Constitucionalista e 198º da Independência do Brasil.

ERIBERTO MEDEIROS
Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA RESOLUÇÃO É DE AUTORIA DA DEPUTADA FABIOLA CABRAL

RESOLUÇÃO Nº 1.650, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Senhor Cândido Pinheiro Koren de Lima Junior.

A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Senhor Cândido Pinheiro Koren de Lima Junior.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 18 de dezembro do ano de 2019, 203º da Revolução Republicana Constitucionalista e 198º da Independência do Brasil.

ERIBERTO MEDEIROS
Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA RESOLUÇÃO É DE AUTORIA DO DEPUTADO FRANCISMAR PONTES

RESOLUÇÃO Nº 1.651, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Desembargador Federal Francisco Roberto Machado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano a Francisco Roberto Machado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 18 de dezembro do ano de 2019, 203º da Revolução Republicana Constitucionalista e 198º da Independência do Brasil.

ERIBERTO MEDEIROS
Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA RESOLUÇÃO É DE AUTORIA DO DEPUTADO FABRIZIO FERRAZ

RESOLUÇÃO Nº 1.652, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

Concede o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana a Sra. Doutora Renata Cimões Jovino Silveira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana a Ilustríssima Sra. Doutora Renata Cimões Jovino Silveira.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 18 de dezembro do ano de 2019, 203º da Revolução Republicana Constitucionalista e 198º da Independência do Brasil.

ERIBERTO MEDEIROS
Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA RESOLUÇÃO É DE AUTORIA DO DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ

RESOLUÇÃO Nº 1.653, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Sr. Francisco Pedrosa Galvão.

A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Sr. Francisco Pedrosa Galvão.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 4 de dezembro do ano de 2019, 203º da Revolução Republicana Constitucionalista e 198º da Independência do Brasil.

ERIBERTO MEDEIROS
Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA RESOLUÇÃO É DE AUTORIA DO DEPUTADO WALDEMAR BORGES

Atos

ATO Nº 713/2019

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das suas atribuições, cumprindo o que dispõe o art. 141, do Regimento Interno, tendo em vista o Requerimento nº 634/2019, de autoria do Deputado William Brígido, aprovado pelo Plenário no dia 06 de fevereiro de 2019.**RESOLVE:** Criar uma Comissão Especial que tem como objetivo de discutir a mobilidade urbana das cidades pernambucanas com mais de cem mil habitantes, composta pelos seguintes Deputados:**TITULARES:**DEPUTADA FABIOLA CABRAL
DEPUTADO JOÃO PAULO
DEPUTADO MARCO AURÉLIO MEU AMIGO
DEPUTADA TERESA LEITÃO
DEPUTADO WILLIAM BRÍGIDO**PARTIDO:**PP
PC DO B
PRTB
PT
REPUBLIC**SUPLENTE:**DEPUTADO ANTÔNIO COELHO
DEPUTADO GUILHERME UCHOA
DEPUTADA CLARISSA TERCIO
DEPUTADO DELEGADO ERICK LESSA
DEPUTADO TONY GEL**PARTIDO:**DEM
PSC
PSC
PP
MDB

Sala Torres Galvão, em 18 de dezembro de 2019.

ERIBERTO MEDEIROS
Presidente

ATO Nº 714/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício n.º 057/2019, da **Deputada Simone Santana**, **RESOLVE:** exonerar a servidora **VITÓRIA HELENA DE OLIVEIRA FERREIRA** do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, símbolo PL-SPC, nomeando para o referido cargo, **ADRIANE RICELLY SILVA BARROS**, a partir do dia 02 de janeiro de 2020, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 18 de dezembro de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

Ordem do Dia

CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2019, ÀS 10:00 HORAS.

ORDEM DO DIA

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 861/2019
Autora: Mesa Diretora

Concede licença em caráter cultural ao Deputado Alberto Feitosa, no período de 21 de dezembro de 2019 a 13 de janeiro de 2020, onde estará em viagem aos Estados Unidos da América e América Central, sem ônus para esta Casa.

(Parecer da Mesa Diretora nº 1967)**DIÁRIO OFICIAL DE - 19/12/2019****Discussão Única do Projeto de Resolução nº 862/2019**
Autora: Mesa Diretora

Concede licença em caráter cultural ao Deputado Diogo Moraes, no período de 21 de dezembro de 2019 a 06 de janeiro de 2020, onde estará em viagem ao Chile, Argentina e Uruguai, sem ônus para esta Casa.

(Parecer da Mesa Diretora nº 1968)**DIÁRIO OFICIAL DE - 19/12/2019****Discussão Única do Projeto de Resolução nº 863/2019**
Autora: Mesa Diretora

Concede licença em caráter cultural ao Deputado Gustavo Gouveia, no período de 31 de Janeiro de 2020 a 11 de fevereiro de 2020, onde estará em viagem aos Estados Unidos da América, sem ônus para esta Casa.

(Parecer da Mesa Diretora nº 1969)**DIÁRIO OFICIAL DE - 19/12/2019**

Atas

ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2019**PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO DIOGO MORAES**

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, NO PLENÁRIO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS DO EDIFÍCIO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES DE ALENCAR, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, AGLAILSON VICTOR, ALBERTO FEITOSA, ALESSANDRA VIEIRA, ÁLVARO PORTO, ANTONIO COELHO, ANTONIO MORAES, DELEGADA GLEIDE ÂNGELO, DELEGADO ERICK LESSA, DIOGO MORAES, DORIEL BARROS, DULCICLEIDE AMORIM, ERIBERTO MEDEIROS, FABIOLA CABRAL, FABRIZIO FERRAZ, FRANCISMAR PONTES, GUILHERME UCHOA, GUSTAVO GOUVEIA, HENRIQUE QUEIROZ FILHO, ISALTINO NASCIMENTO, JOÃO PAULO, JOAQUIM LIRA, JOEL DA HARPA, JOSÉ QUEIROZ, LUCAS RAMOS, MARCO AURELIO MEU AMIGO, PASTOR CLEITON COLLINS, PROFESSOR PAULO DUTRA, PRISCILA KRAUSE, ROBERTA ARRAES, ROMÁRIO DIAS, ROMERO SALES FILHO, SIMONE SANTANA, SIVALDO ALBINO, TERESA LEITÃO, TONY GEL, WALDEMAR BORGES, WANDERSON FLORÊNCIO E WILLIAM BRIGIDO, JUSTIFICADAS AS AUSÊNCIAS DOS DEPUTADOS ANTONIO FERNANDO, CLARISSA TERCIO, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLOVIS PAIVA, JOÃO PAULO COSTA, JUNTAS, MANOEL FERREIRA, ROGÉRIO LEÃO, ROMERO ALBUQUERQUE, LICENCIADOS OS DEPUTADOS ALUÍSIO LESSA E RODRIGO NOVAES, AUSENTE O DEPUTADO CLODOLDO MAGALHÃES, O DEPUTADO DIOGO MORAES ABRE A REUNIÃO. OCUPAM AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS E ROMERO ALBUQUERQUE, RESPECTIVAMENTE. AS ATAS DAS REUNIÕES PLENÁRIAS DO DIA 16 DE DEZEMBRO

DO CORRENTE SÃO LIDAS, SUBMETIDAS À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, APROVADAS, ASSINADAS E ENVIADAS À PUBLICAÇÃO. O EXPEDIENTE É LIDO, ASSINADO E ENVIADO À PUBLICAÇÃO. INICIA O PEQUENO EXPEDIENTE. O DEPUTADO JOÃO PAULO CRÍTICA A GESTÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO. O DEPUTADO WANDERSON FLORÊNCIO LAMENTA QUE A PREFEITURA DO RECIFE NÃO TENHA DADO DESTINAÇÃO AO TERRENO ONDE FUNCIONAVA O AEROCULUBE DE PERNAMBUCO, NA ZONA SUL DA CAPITAL E DEFENDE IMPLANTAÇÃO DE UM PARQUE COM ÁREA VERDE NO LOCAL. O DEPUTADO AGLAILSON VICTOR COMEMORA INAUGURAÇÃO DE UMA UNIDADE DA REDE DE ATACAREJO “NOVO ATACADÃO” EM VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, NA MATA SUL. O DEPUTADO FABRÍZIO FERRAZ CRÍTICA SECRETÁRIO ESTADUAL DE TURISMO E LAZER, RODRIGO NOVAES E CONFIRMA 61ª MISSA DO VAQUEIRO NO MUNICÍPIO DE FLORESTA. O DEPUTADO DELEGADO ERICK LESSA REPERCUTE QUEDA NO NÚMERO DE HOMICÍDIOS EM PERNAMBUCO E DESTACA O PAPEL DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PARA QUE O RESULTADO FOSSE ALCANÇADO. INICIA O GRANDE EXPEDIENTE. A DEPUTADA PRISCILA KRAUSE VOLTA A SUSTENTAR QUE RECURSOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL TERIAM SIDO UTILIZADOS PELO ESTADO PARA DESPESAS QUE NÃO SE REFEREM A UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. O DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO DISCURSA SOBRE O LIVRO “TERÇA NEGRA NO RECIFE: NARRATIVAS SOBRE DANÇA, MÚSICA, ESPIRITUALIDADE E SAGRADO” E É APARTEADO PELO DEPUTADO JOÃO PAULO. O DEPUTADO DORIEL BARROS FAZ BALANÇO DO PRIMEIRO ANO DE SEU MANDATO E APARTEADO PELOS DEPUTADOS TERESA LEITÃO E JOÃO PAULO. INICIA A ORDEM DO DIA. SÃO APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA OS PARECERES DE REDAÇÃO FINAL 1851/2019 A 1854/2019. SÃO APROVADOS EM SEGUNDA DISCUSSÃO O SUBSTITUTIVO 1/2019 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 485/2019, O SUBSTITUTIVO 1/2019 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 689/2019, O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 694/2019, SUBSTITUTIVO 1/2019 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 698/2019, OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA 707/2019 E 708/2019. É APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA O PROJETO DE RESOLUÇÃO 854/2019; SÃO APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA AS INDICAÇÕES 3015/2019 A 3029/2019 E OS REQUERIMENTOS 1696/2019 A 1707/2019. SÃO ENVIADOS A COMISSÕES OS PROJETOS DE RESOLUÇÃO 855 A 860/2019, ANTERIORMENTE PROTOCOLADOS E ENCAMINHADOS COM OFÍCIO 95/2019 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, QUE SEGUEM PARA PUBLICAÇÃO. O PRESIDENTE ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, SOLENE, PARA ESTA NOITE NO AUDITÓRIO SENADOR SÉRGIO GUERRA.

ATA DA OCTOGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO PLENÁRIA SOLENE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2019

PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO TONY GEL

ÀS 18 HORAS DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, NO AUDITÓRIO SENADOR SÉRGIO GUERRA, LOCALIZADO NO EDIFÍCIO GOVERNADOR MIGUELARRAES DE ALENCAR, PRESENTES OS DEPUTADOS LUCAS RAMOS, ROMERO SALES FILHO E TONY GEL, O MESTRE DE CERIMÔNIA ANUNCIA O INÍCIO DA SOLENIDADE EM HOMENAGEM PELOS 13 ANOS DA ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ, DE INICIATIVA DO DEPUTADO ROMERO SALES FILHO. COMPÕE-SE A MESA DOS TRABALHOS. O PRESIDENTE ABRE A REUNIÃO. OUVI-SE O HINO NACIONAL EXECUTADO PELA ORQUESTRA HOMENAGEADA. O PRESIDENTE TECE CONSIDERAÇÕES INICIAIS E PASSA A PALAVRA AO DEPUTADO ROMERO SALES FILHO QUE DISCURSA RESSALTANDO O PAPEL SOCIAL QUE A ORQUESTRA HOMENAGEADA REALIZA, COM O RESGATE SOCIAL DE CRIANÇAS CARENTES. OCORRE APRESENTAÇÃO DA ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ. É ENTREGUE PLACA COMEMORATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA AO JUIZ JOÃO TARGINO, COORDENADOR GERAL DA INSTITUIÇÃO HOMENAGEADA. DISCURSA A PREFEITA DE IPOJUICA, CÉLIA SALES. APÓS, O COORDENADOR DA INSTITUIÇÃO PROFERE SUA MENSAGEM DE AGRADECIMENTO EM NOME DA ORQUESTRA HOMENAGEADA. OCORRE MAIS UMA APRESENTAÇÃO DA ORQUESTRA CRIANÇA CIDADÃ. REGISTRAM-SE MENSAGENS E PRESENCAS. OUVI-SE O HINO DO ESTADO EXECUTADO PELA ORQUESTRA AGRACIADA. O PRESIDENTE TECE CONSIDERAÇÕES FINAIS, ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, ORDINÁRIA, PARA AMANHÃ, NO HORÁRIO REGIMENTAL.

Expediente

CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

EXPEDIENTE

PARECER Nº 1910 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 485. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1911 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 689. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECERES NºS 1912, 1914 E 1915 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final aos Projetos nºs 694, 707 e 708. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1913 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 698. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1916 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 25. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1917 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando pela rejeição ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 29. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1918 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando pela rejeição ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 175. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1919 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 176. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECERES NºS 1920 E 1947 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando pela rejeição aos Projetos nº 185 e 667. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1921 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 215. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1922 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 aos Projetos de Leis Ordinárias nºs 275 e 340. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1923 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 289. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1924 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 327 nos termos da Subemenda nº 01 deste Colegiado. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1925 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 aos Projetos de Leis Ordinárias nºs 369 e 406. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1926 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando pela rejeição ao Substitutivo nº 01 aos Projetos de Leis Ordinárias nºs 297 e 409. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1927 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 313. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1928 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando pela rejeição ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 322. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1929 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA adotando o Substitutivo nº 02 ao Projeto de Lei Ordinária nº 329 e rejeitando o Substitutivo nº 01 da 1ª Comissão. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1930 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando pela rejeição ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 353. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1931 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 380. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1932 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 386. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1933 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 aos Projetos de Leis Ordinárias nºs 389 e 407. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1934 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 408. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1935 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando pela rejeição ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 416. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECERES NºS 1936, 1938, 1946, 1948, 1950, 1952, 1953, 1955 E 1957 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável aos Projetos nºs 441, 484, 654, 668, 672, 709, 712, 726 e 728. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1937 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 470. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1939 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 489, juntamente com a Emenda nº 01. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1940 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 520. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1941 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando pela rejeição o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 531. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1942 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 604, juntamente com a Emenda nº 01. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1943 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 610. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1944 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 611. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1945 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Resolução nº 616. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1949 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 669. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1951 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 702, juntamente com a Emenda nº 01. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1954 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 716. [À Imprimir.](#)

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1956 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando pela rejeição ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 727.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1958 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 732.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 1959 - DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 423.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECERES NºS 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965 E 1966 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável aos Projetos de Resoluções nºs 652, 855, 856, 857, 858, 859 e 860.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 095/2019 - DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA comunicando, com fundamento no art. 274, I, c/c § 1º do art. 274-A do Regimento Interno, foi autorizada, em procedimento prévio à autuação, na reunião desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça do último dia 17 de dezembro do corrente ano, a tramitação dos seguintes Projetos: 1) Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, 2) Projeto de Resolução, de autoria da Deputada Fabíola Cabral, 3) Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Francimar Pontes, 4) Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Fabrício Ferraz, 5) Projeto de Resolução, de autoria do Deputado José Queiroz, 6) Projeto de Resolução, autoria do Deputado Waldemar Borges e 7) Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Diogo Moraes.

À Publicação.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 184/2019 – DO DEPUTADO ALBERTO FEITOSA comunicando que estará de licença Cultural, sem ônus para esta Casa, no período de 21 de dezembro de 2019 a 13 de janeiro de 2020, para viagem aos Países da América do Norte e América Central.

À Publicação.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 356/2019 - DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ARTICULAÇÃO SOCIAL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HIDRÍCOS DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 195, autoria do Deputado Claudiano Martins Filho.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIOS NºS 394 E 396/2019 - DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ARTICULAÇÃO SOCIAL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HIDRÍCOS DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 2455 e 2408, autoria do Deputado Adalto Santos.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 395/2019 - DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ARTICULAÇÃO SOCIAL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HIDRÍCOS DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 2578, autoria do Deputado Antônio Coelho.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 398/2019 - DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ARTICULAÇÃO SOCIAL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HIDRÍCOS DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 2353, autoria da Deputada Clarissa Tercio.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 194/2019 – DO DEPUTADO GUSTAVO GOUVEIA solicitando licença Cultural, no período de 31 de janeiro a 11 de fevereiro de 2020, para viagem aos Estados Unidos da América.

À Publicação.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 259/2019 – DO DEPUTADO DIOGO MORAES informando que estará de licença Cultural, sem ônus para esta Casa, no período de 21 de dezembro de 2019 a 6 de janeiro de 2020, para viagem ao, Chile, Argentina e Uruguai.

À Publicação.

X X X X X X X X X X

Pareceres da Mesa Diretora

2019

**PARECER Nº
MESA DIRETORA**

1967

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso I, do art. 32, do Regimento Interno, analisando solicitação, através do Ofício nº 184/2019, do Deputado **Alberto Feitosa**, no qual solicita licença em caráter cultural, no período de 21 de dezembro de 2019 a 13 de janeiro de 2020, onde estará em viagem aos Estados Unidos da América e América Central, sem ônus para esta Casa, submete à apreciação do Plenário o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 861

EMENTA: Concede licença em caráter Cultural ao Deputado Alberto Feitosa.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida licença em caráter cultural nos termos do inciso I, do art. 32, do Regimento Interno, ao Deputado Alberto Feitosa, no período de 21 de dezembro de 2019 a 13 de janeiro de 2020, onde estará em viagem aos Estados Unidos da América e América Central, sem ônus para esta Casa.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, em 18 de dezembro de 2019.

Deputado Eriberto Medeiros
Presidente

Deputada Simone Santana
1º Vice-Presidente

Deputado Guilherme Uchoa
2º Vice-Presidente

Deputada Teresa Leitão
3º Secretária

2019

**PARECER Nº
MESA DIRETORA**

1968

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso I, do art. 32, do Regimento Interno, analisando solicitação, através do Ofício nº 259/2019, do Deputado **Diogo Moraes**, no qual solicita licença em caráter cultural, no período de 21 de dezembro de 2019 a 6 de janeiro de 2020, onde estará em viagem ao Chile, Argentina e Uruguai, sem ônus para esta Casa, submete à apreciação do Plenário o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 862

EMENTA: Concede licença em caráter Cultural ao Deputado Diogo Moraes.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida licença em caráter cultural nos termos do inciso I, do art. 32, do Regimento Interno, ao Deputado Diogo Moraes, no período de 21 de dezembro de 2019 a 6 de janeiro de 2020, onde estará em viagem ao Chile, Argentina e Uruguai, sem ônus para esta Casa.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, em 18 de dezembro de 2019.

Deputado Eriberto Medeiros
Presidente

Deputada Simone Santana
1º Vice-Presidente

Deputado Guilherme Uchoa
2º Vice-Presidente

Deputada Teresa Leitão
3º Secretária

2019

**PARECER Nº
MESA DIRETORA**

1969

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso I, do art. 32, do Regimento Interno, analisando solicitação, através do Ofício nº 194/2019, do Deputado **Gustavo Gouveia**, no qual solicita licença em caráter cultural, no período de 31 de janeiro de 2020 a 11 de fevereiro de 2020, onde estará em viagem aos Estados Unidos da América, submete à apreciação do Plenário o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 863

EMENTA: Concede licença em caráter Cultural ao Deputado Gustavo Gouveia.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida licença em caráter cultural nos termos do inciso I, do art. 32, do Regimento Interno, ao Deputado Gustavo Gouveia, no período de 31 de janeiro de 2020 a 11 de fevereiro de 2020, onde estará em viagem aos Estados Unidos da América.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, em 18 de dezembro de 2019.

Deputado Eriberto Medeiros
Presidente

Deputada Simone Santana
1º Vice-Presidente

Deputado Guilherme Uchoa
2º Vice-Presidente

Deputada Teresa Leitão
3º Secretária

Erratas

ERRATAS

No Parecer nº 1726/2019

Onde se lê:
Projeto de Lei Complementar nº 1726/2019

Leia-se:
Projeto de Lei Ordinária nº 1726/2019

No Parecer de Redação Final nº 1810/2019

Onde se lê:
Art. 1º Os Anexos I, II e III da Lei nº 14.249, de 17 de dezembro de 2010, passam a vigorar com as alterações constantes nos Anexos I, II e III, respectivamente, desta Lei.

Leia-se:
Art. 1º Os Anexos I, II e III da Lei nº 14.249, de 17 de dezembro de 2010, passam a vigorar com as alterações constantes nos Anexos I, II e III, respectivamente, desta Lei.